

Crise no Hospital da Posse motiva criação de movimento médico na unidade

A falta investimentos no Hospital Geral de Nova Iguaçu (da Posse) resultou numa insustentável crise de recursos humanos, que inclui equipes desfalcadas de especialistas em um dos principais setores do hospital, que é a maternidade. Em alguns dias da semana há falta de médicos e os plantões são entregues aos residentes, o que configura um flagrante desrespeito à legislação que ordena a Residência Médica. No último dia 09/1, o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro foi convocado para liderar o movimento médico na unidade, motivado pelos baixos salários e demais problemas, que têm provocado a evasão dos médicos do hospital.

Várias denúncias foram apresentadas na ocasião, durante a assembleia realizada na unidade com a participação dos médicos, das chefias médicas e do professor Carlos Henrique, então diretor do hospital e que agora vai ocupar o cargo de Secretário de Saúde de Nova Iguaçu. Ele demonstrou estar solidário ao movimento. Além de debater as dificuldades do atendimento aos pacientes, os presentes aprovaram a pauta de reivindicações do setor, que inclui piso salarial de R\$9188,22, calculado pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), realização concurso público para estatutários, implantação de PCCS, investimento tecnológico e predial na unidade e aumento do teto do repasse do Ministério da Saúde para a unidade, já que o valor atual é insuficiente para as despesas de custeio. O SinMed/RJ já está solicitando audiência à Prefeita Sheila Gama, para entregar a pauta dos médicos. Vale destacar que a crise na unidade se estabeleceu a partir dos anos 1990, quando a unidade então federal foi entregue à administração da Prefeitura de Nova Iguaçu.

“Os médicos do Hospital da Posse reivindicam não só melhores condições de trabalho e salários, mas também a recuperação da unidade para melhor atender a população”, destaca a Dra. Dilza Ribeiro Vallim da Silva, obstetra que faz parte da comissão formada pelos profissionais. Ela salienta que desde que o hospital passou para a prefeitura a maioria absoluta dos médicos trabalha com contratos temporários de 10 meses por ano. “Estamos sem contrato desde o ano passado, sem direitos a férias e demais direitos trabalhistas. Queremos a regularização dos contratos”.